

OS CADERNOS MEC DE HISTÓRIA GERAL: UMA PROPOSTA DE ENSINO PARA UM NOVO PÚBLICO ESCOLAR

JULIANA MIRANDA FILGUEIRAS*

Introdução

Este texto apresenta alguns dos resultados de minha pesquisa de pós-doutorado sobre os *Cadernos MEC*, livros didáticos produzidos pelo governo federal entre os anos 1960 e 1980. Esses manuais eram distribuídos ou vendidos a preço de custo para alunos e professores das escolas brasileiras públicas e privadas. Para o presente texto analiso os *Cadernos MEC de História Geral*, além de seu guia metodológico. Publicados logo após a implantação da LDB n. 4.024/61, os *Cadernos MEC* estavam inseridos em uma política do governo de João Goulart para o fornecimento de materiais didáticos aos alunos carentes. Em um primeiro momento os *Cadernos MEC* foram publicados pela Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), substituída em 1967 pela Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME).

Para análise dos *Cadernos MEC* tomou-se como referencial as discussões sobre as disciplinas escolares de André Chervel (1990) que trata da importância de se reconstituir a história das disciplinas escolares como parte da cultura escolar, com o objetivo de compreender como os saberes escolares são constituídos - porque a escola ensina determinados conhecimentos e não outros - e a partir de quais metodologias. Logo, os livros didáticos tornam-se objeto e fonte de pesquisa para a história da educação, especialmente para a história das disciplinas escolares, ao se constituírem importantes instrumentos pedagógicos que expõem conteúdos e propõem métodos de ensino e aprendizagem. Para a análise dos manuais escolares utilizo as discussões de Alain Choppin (2002), que destaca a necessidade de compreendermos os livros didáticos como objetos culturais complexos, com várias funções e produzido em meio à diversos condicionantes: os autores; os editores; a realidade escolar e os sujeitos que a integram - como os alunos e professores -; o controle dos órgãos públicos; as prescrições oficiais, entre outros.

2

* Doutora em História da Educação. Esta comunicação apresenta alguns dos resultados da pesquisa de pós-doutorado realizada em 2012, financiada pela Capes e desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em História da Unifesp. A investigação contou ainda com apoio do CNPq.

Nesse sentido, procurou-se verificar o que foram esses materiais de ensino, qual o objetivo de sua produção no contexto das reformas educacionais dos anos 1960 e 1970, quem os produziu e qual conhecimento sobre a escola e o ensino de História que produziam e divulgavam.

A produção de materiais didáticos pelo MEC para um novo público escolar

Em 1971, o Ministério da Educação e Cultura, por meio da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), lançou em parceria com dois professores de Didática de Ensino de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)¹, os *Cadernos MEC de História Geral 1 e 2* e o *Guia Metodológico para Cadernos MEC História*. A publicação dos dois cadernos fazia parte de uma grande ação do governo federal de combate à elevação do custo do ensino e de assistência ao estudante carente. Tal ação governamental fora iniciada muito antes do golpe de 1964 necessita de elucidação.

Em janeiro de 1956, às vésperas da posse de Juscelino Kubistchek como presidente da República, Abgar Renault, então Ministro da Educação, criou por meio do Decreto n. 38.556 a Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), sob responsabilidade do Departamento Nacional de Educação (DNE). A Campanha fora criada em meio ao processo acelerado de expansão do ensino básico, sobretudo do ensino secundário, e da conseqüente necessidade de se criar estruturas para a permanência dos estudantes nas escolas. A questão da qualidade e do preço dos livros didáticos tornou-se um dos temas discutidos em várias esferas da sociedade. Era preciso diminuir o custo do ensino por meio do barateamento do material escolar.

Desse modo, a CNME tinha a função de produzir e distribuir material didático com o objetivo de melhorar a qualidade, o uso e a progressiva padronização do material escolar, além de atenuar o custo do ensino (Decreto n. 38.556/56). Em 1962, Heloísa Araújo, então Diretora Executiva da Campanha, afirmava em relatório sobre as ações da CNME, que dentre os objetivos da produção de obras didáticas pelo MEC, estava a possibilidade de mudança dos métodos de ensino do professor, pois as obras publicadas e distribuídas atenderiam *as mais*

¹ Antiga Universidade do Brasil. A mudança do nome ocorreu em 1965.

*modernas normas pedagógicas e novos métodos de ensino*¹. A CNME produzia obras de consulta, atlas, enciclopédias e dicionários, além de coleções, peças e aparelhos para o estudo de Ciências Naturais, Matemática e Desenho.

Os *Cadernos MEC* começaram a ser publicados em 1962, após a implantação LDB n. 4.024/61, que efetivou a obrigatoriedade do ensino primário e determinou que o Conselho Federal de Educação (CFE) deveria estabelecer as matérias obrigatórias para o ensino secundário. Dentre as matérias destacavam-se História, Português, Geografia, Matemática e Ciências.

A CNME produziu materiais didáticos até 1967 quando foi transformada na Fundação Nacional do Material Escolar, criada por meio da Lei n. 5.327. De acordo com artigo da Revista MEC², periódico oficial do Ministério da Educação, a FENAME fora criada para ampliar a produção e distribuição de materiais escolares pelo Governo Federal. A nova Fundação era portanto uma reorientação do regime militar para uma política criada nos anos 1950, que tentava modificar a cultura escolar existente nas escolas secundárias, com o intuito de atender uma nova comunidade que alcançava esse nível de ensino. Embora se constituísse como uma continuidade da política anterior, a criação da FENAME evidenciava as marcas do recrudescimento do regime ditatorial, com a polêmica substituição da Diretora Executiva Heloísa Araújo por Humberto Grande³.

Os Cadernos MEC de História Geral

Os *Cadernos MEC* eram inicialmente cadernos de exercícios direcionados aos alunos do ensino secundário. Os *Cadernos de História Geral 1 e 2* foram produzidos por Lydinéa Gasman e James Braga Vieira da Fonseca, ex-professores e coordenadores da seção de História e Geografia do Colégio de Aplicação e docentes de Didática Geral e Especial de

¹ Ofício n. 401, da Diretoria Executiva da CNME ao Ministro da Educação e Cultura, 20/11/1962 localizados no Arquivo Geral e Histórico do Inep.

² Revista MEC, n. 41, 1968, p 30.

³ Heloísa Araújo foi substituída por Humberto Grande após a obra *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, do Padre Fernando Bastos D'Ávila e equipe de professores da PUC/RJ, ser denunciada como subversiva. Humberto Grande era figura conhecida nos meios educacionais. Durante o Estado Novo participou das discussões sobre a educação nacional e publicou o livro "A Pedagogia do Estado Novo". Em 1970 tornou-se membro da Comissão Nacional de Moral e Civismo.

História e Geografia na Faculdade de Educação da UFRJ. Os dois autores eram ainda colaboradores da revista *Escola Secundária*, publicação organizada pela CADES¹ entre os anos 1950 e 1960, destinada aos professores das instituições municipais e particulares².

Segundo Fonseca (2004), a CADES, criada em 1953, em meio ao contexto de intensificação da atuação do MEC no âmbito do ensino secundário com o objetivo de ampliar e melhorar esse nível de ensino, deveria centralizar e organizar atividades, treinamentos e cursos de preparação dos exames de suficiência para professores que não possuíam formação superior (2004: 82-97). A revista *Escola Secundária* era a publicação que divulgava as atividades da Campanha. Os artigos da revista estavam divididos em assuntos relativos à Didática Geral, às disciplinas específicas e tratavam de temas sobre “modelos de planejamento, de avaliações e de aulas por disciplina bem como discussões sobre os objetivos e as dificuldades de cada disciplina do segmento” (FONSECA, 2004: 96).

Pelos artigos publicados na revista *Escola secundária* e pelas discussões apresentadas no *Guia metodológico para os Cadernos MEC*, foi possível observar que Lydinéa Gasman e James Braga da Fonseca participavam ativamente dos debates sobre o ensino secundário nos anos 1950 e 1960, discutiam as mudanças metodológicas do ensino de História e as alterações na formação de professores diante do novo público que chegava às escolas. No Colégio de Aplicação, um “laboratório de experimentação pedagógica” (FRANGELLA, 2002: 108) para a formação prática dos licenciandos da Faculdade Nacional de Filosofia, eram realizadas atividades e aulas a partir dos métodos ativos, com base nas orientações de John Dewey, por meio da valorização da experiência e da prática.

A produção dos livros didáticos de História por esses professores evidenciava, assim, a parceria entre o Ministério da Educação e os docentes da UFRJ, com a finalidade de modificar as práticas dos professores e alunos e a formação de uma nova cultura escolar, por meio de indicações de técnicas didáticas.

¹ CADES - Campanha de Difusão e Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.

² Publicações de James Braga da Fonseca na revista *Escola Secundária*: O ensino de História do Brasil no curso ginásial (1957); O historiador e o professor secundário de história (1957); Problemas do ensino de História (1957); Como ensinar Geografia (1958); Casos práticos de verificação da aprendizagem em História (1959); A Geografia humana e a escola secundária (1960). Publicações de Lydinéa Gasman na revista *Escola Secundária*: Plano de curso de História do Brasil (1958); A excursão em História (1958); O ensino de História na Escola Nova (1959); Casos práticos de verificação da aprendizagem em História (1959); O professor e o ensino da História na 1ª série ginásial (1960).

Aspecto físicos, prefácios, apresentações e orientações do guia metodológico

Editados em brochura, capa com acabamento em verniz e formato de 16 cm X 23 cm, os *Cadernos MEC de História Geral 1 e 2* apresentavam prefácio da Direção Executiva da FENAME, apresentação dos autores, sumário, seguido dos exercícios e ilustrações - desenhos ou reproduções fotográficas em branco e preto. Segundo Másculo (2008), que analisou livros didáticos de história dos anos 1960 e 1970, os manuais dos anos 1960 possuíam poucas ilustrações produzidas para os próprios livros ou reproduções em preto e branco. As imagens sem cores barateavam os custos da produção dos manuais, pois o papel utilizado para a impressão era de qualidade inferior (MÁSCULO, 2008: 64). Como o objetivo da FENAME era produzir livros didáticos mais baratos, tornava-se plausível que utilizassem estratégia semelhante a das editoras privadas.

Quem assinava os prefácios dos livros era Humberto Grande. Segundo o Diretor Executivo, estudar história ajudaria a conhecer os problemas do presente e examinar perspectivas para o futuro. A História seria a grande mestra da humanidade e, desse modo, era preciso estudá-la e interpretar os fatos, a fim de perceber o significado dos acontecimentos, as causas e efeitos, em busca de orientação segura para a conduta nas mais variadas esferas de atividade. Com uma discussão sobre “o papel das gerações na história” Humberto Grande ressaltava que a história ajudaria a conscientizar as futuras gerações do cumprimento de seu destino (Prefácio, *Cadernos MEC História Geral 2*, 1971).

Na apresentação dos livros didáticos, Gasman e Fonseca indicavam a proposta dos cadernos. Voltados para o ciclo colegial, os livros constituíam juntos uma sugestão de curso. Orientavam como os alunos deveriam estudar e afirmavam que os cadernos não eram somente um conjunto de exercícios para ajudar a fixação e verificação dos conhecimentos de história, mas eram auxiliares na aquisição de hábitos e técnicas de aprendizagem. Segundo os autores, os livros diminuía progressivamente a orientação aos alunos, com o objetivo de ampliar, conforme os alunos adquirissem maior maturidade, *o desenvolvimento progressivo de sua independência intelectual e amadurecimento para análise e interpretação do processo histórico* (Apresentação, *Cadernos MEC História Geral 2*, 1971). Segundo os autores, os *Cadernos MEC de História Geral* haviam sido construídos desse modo pois procuravam

partir de uma condução maior dos estudantes, com temas mais isolados uns dos outros, para uma diminuição da orientação, com unidades sínteses dos aspectos marcantes em cada época que mostravam as simultaneidades e que permitiam uma participação mais espontânea dos alunos (Apresentação, *Caderno MEC História Geral 2*, 1971).

O *Guia Metodológico para Cadernos MEC de História*, tratava de uma vasta gama de questões sobre o ensino secundário e o papel do ensino de História, o que permitiu perceber as apreensões dos professores de Didática da extinta Faculdade Nacional de Filosofia sobre a educação escolar do período. Os autores problematizavam a distância que existia entre os objetivos da educação para o ensino médio assinalados pela LDB n. 4.024/61 – a formação integral dos adolescentes –, e a realidade escolar. Para Gasman e Fonseca, a escola precisava ajustar-se à nova realidade dos alunos que aprendiam pelos meios de comunicação – a televisão, o rádio, o cinema etc. Desse modo, caberia à escola e aos professores “disciplinar as informações, sistematizá-las, fornecer atitudes e critérios para enfrentá-las, enfim, preparar o adolescente para a caminhada em meio a tão desconhecidas novidades” (*Guia Metodológico*, 1971: 19). Os autores preocupavam-se ainda com a ampliação da escola de nível médio e os jovens oriundos das camadas populares que passavam a frequentá-la. Diante da nova comunidade, a escola precisava alterar os objetivos para esse nível de ensino, buscando conhecer as necessidades de cada aluno.

Nos itens específicos referentes aos objetivos do ensino de História, Gasman e Fonseca afirmavam que o papel da escola era ensinar o aluno a aprender, adquirir o senso crítico e formar o caráter. Os professores não eram mais transmissores do conhecimento, mas formadores de hábitos de estudo, habilidades e destrezas. Para tanto, os autores orientavam os professores a estabelecerem os objetivos do ensino com metodologias centradas nos alunos, com ênfase na importância do planejamento do curso, das unidades e das aulas, com sua preparação centrada nos objetivos e não somente nos conteúdos, pois estes seriam meios proporcionadores das atividades.

Para Gasman e Fonseca o objetivo específico da História seria ajudar os estudantes a pensar historicamente, ter uma visão histórica da humanidade e interpretar o processo histórico, buscando ligar o passado ao presente, com a projeção para o futuro. A história deveria colaborar para que os alunos compreendessem suas próprias atitudes e participação

em acontecimentos, tendo em vista que o objetivo maior do curso de nível médio seria auxiliar o adolescente no trabalho de sua auto formação.

O *Guia* apresentava sugestões de programas de História, com destaque para o programa do Colégio de Aplicação, fornecia esquemas com sugestões dos conteúdos no 1º e 2º ciclos do ensino secundário e indicava um conjunto de propostas metodológicas que poderiam ser utilizadas de modo articulado: unidades didáticas (Morrissen); unidades de trabalho ou projetos (Wynne); método por problemas de Dewey; e trabalho histórico – a partir de análise de documentos (*Guia Metodológico*, 1971: 90-91).

O *Guia* ainda apresentava a sugestão para utilização de recursos auxiliares - os *Cadernos MEC* e outros materiais, como o livro didático, a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, atlas, mapas, fichários, slides, música, filmes, entre outros. Era ressaltada a importância das atividades extraclasse, na escola e fora da escola, com indicações de possíveis atividades e sua realização: museus transitórios, murais históricos, projetos e produção de material didático, comemorações, teatros, concursos literários, festivais, excursões a museus e locais históricos, pesquisas em bibliotecas, entrevistas com personalidades etc. (*Guia Metodológico*, 1971: 117). Por fim, os autores apresentavam roteiros para avaliação da aprendizagem e os tipos possíveis de avaliações: dissertações, interpretação de textos, perguntas abertas, questões com gravuras, questões problemas e os testes.

Inseridos nas discussões políticas dos anos 1960 e 1970, Fonseca e Gasman demonstravam no *Guia Metodológico* apreensão com as mudanças estabelecida pela lei n. 5.540/68, que reestruturou o ensino superior:

Lamentamos dizer que temos sérias preocupações. A reforma universitária, no setor educação, se processa isolada dos fatos que enumeramos. [...]

A preocupação de especialização desmembra cada vez mais os cursos, fechando e aprofundando a formação universitária. Depois desse trabalho, a passagem rápida por um setor pedagógico pouco irá conseguir.

*Não nos desligamos da ideia de juntar especialistas com professor de nível médio, apesar de todos os novos nomes dados aos centros, escolas, institutos, faculdades e tudo o mais em que se divide a universidade (*Guia Metodológico*, 1971: 138-139).*

A discussão de Fonseca e Gasman indicavam a preocupação com a extinção da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), a criação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais,

da Faculdade de Educação e a separação entre a formação de especialistas e professores. A faculdade de Educação tornou-se responsável pela formação docente, anteriormente realizada pela Seção de Pedagogia que integrava a FNF.

Os autores já se mostravam antenados ainda com a reforma que estava em implantação, a lei n. 5.692 e as novas diretrizes curriculares nacionais:

Lembramos ainda aos colegas que a História será motivo de discussão em face da reformulação de currículos com a Reforma em implantação. Não esqueçamos que a nova definição de “disciplina” escolar pode abranger elementos culturais de uma ou de várias “matérias”. Assim, seja a História uma disciplina, seja matéria participante de uma disciplina, sua presença será indispensável como fonte de pesquisa e estudo (Apresentação, Guia Metodológico, 1971)

A ênfase dos autores para a articulação entre o ensino de história, as demais disciplinas e os objetivos mais gerais da escola expunha a percepção de Fonseca e Gasman para a reorganização que ocorria na escola. Em uma sociedade em acelerada mudança a escola deveria atender os interesses dos alunos. O *Guia Metodológico* era principalmente um livro de reflexão sobre o trabalho docente, além de ser um manual de orientações para o planejamento dos cursos e das aulas. Assim, pode-se inferir que os autores dos *Cadernos MEC de História Geral* pretendiam incentivar novas práticas pedagógicas na escola, com o estabelecimento de dispositivos, os novos procedimentos de ensino para o professor e as atividades didáticas de aprendizagem para os alunos.

Estrutura dos Cadernos

A primeira característica dos *Cadernos MEC de História Geral* era a proposta de utilização conjunta dos dois livros, que integrados compunham um curso, além da organização dos exercícios em unidades. Desse modo, os dois livros seguiam a periodização conhecida da História geral, da antiguidade ao século XX, entretanto, o primeiro livro foi organizado apenas com os títulos dos temas tratados e o segundo em unidades que iniciavam com questões problematizadoras, conforme se observa na seleção das unidades expostas no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Sumários dos Cadernos MEC História Geral 1 e 2

<i>História Geral 1</i>	<i>História Geral 2</i>
<ol style="list-style-type: none"> 1. A História 2. O Início da História 3. O Oriente na História 4. A vida no Egito 5. O mundo grego 6. A Helenização do mundo antigo 7. A vida em Roma na República e o Império 8. O cristianismo e a decadência de Roma 9. Sociedades bárbaras 10. Imperadores e papas 11. Feudalismo 12. As cidades medievais 13. O Império do Oriente e o Islã 14. O mundo no final da Idade Média 	<p><u>1ª parte - Idade Moderna</u></p> <p>- Introdução – tempos modernos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Como caracterizar um mundo em transição? Características do final da Idade Média; A sensação de renovação 2. Como se comportaram os colonizadores da América? [...] África – reservatório de mão-de-obra para a América. 3. Que elementos caracterizam o mundo do renascimento? [...] 4. Qual a crise experimentada pela Igreja nos tempos modernos? Como situar a reforma nesse quadro? 5. Que foi o absolutismo? 6. Quais os fundamentos do liberalismo Político e econômico? 7. Quais os problemas dos grandes estados continentais? 8. Como explicar o iluminismo? [...] <p><u>2ª parte - Idade contemporânea</u></p> <p>O século XIX</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Como estava a França às vésperas da Revolução Francesa? 2. Que ideias nortearam a independência das nações americanas? 3. Quais os resultados da Revolução Francesa e do Império Napoleônico? 4. De que modo a Revolução Industrial afetou a vida dos povos? 5. Como o liberalismo e o nacionalismo influenciaram a vida dos povos? [...] <p>O século XX</p> <ol style="list-style-type: none"> 9. Como caracterizar o mundo às vésperas da primeira guerra mundial? 10. Como explicar o desenvolvimento da democracia e do totalitarismo na primeira metade do século XX? [...]

É importante observar que os *Cadernos MEC de História Geral* seguiam as indicações do CFE, de 1962, conforme enfatizado no *Guia Metodológico*. Segundo as recomendações do CFE, o ensino de História no grau médio deveria *proporcionar ao educando elementos de compreensão e avaliação da grande experiência que tem a evolução da humanidade*, além do sentido cronológico da História, com a história universal apresentada *através dos séculos, abrangendo as diversas partes do mundo*, incluindo Ásia e África, *sincronizando, sempre que possível, a evolução histórica da humanidade*. O ensino da história culminaria, por fim, com a interpretação do processo histórico¹.

¹ *Amplitude e Desenvolvimento das matérias obrigatórias*, Documenta n. 8, out. 1962.

Na Introdução do livro *História Geral 1* os autores indicavam como o curso deveria ser organizado, com orientações para a cooperação entre alunos e professores: conhecer ou construir com o docente o plano de trabalho do curso; saber utilizar o livro didático; conhecer e saber se relacionar com os outros colegas. Eram enfatizadas as responsabilidades do professor e do aluno:

O professor deve conduzir o estudo dos alunos, mas a estes cabe pesquisar e resolver suas dúvidas. O professor orienta “como pesquisar”. O professor que esclarece tudo subordina o aluno a sua pessoa. Não tendo depois o orientador, o aluno não saberá resolver novas questões. Quem aprende a usar o livro inteligentemente é capaz de continuar resolvendo novos problemas pela vida inteira. O curso de História visa, entre outros valores, ensinar a estudar (Introdução, Caderno MEC História Geral 1, 1971: 11).

A Introdução apresentava a metodologia que perpassava os livros - ensinar as técnicas de trabalho para os procedimentos de leitura de texto, organização de esquemas, resumos, elaboração de redação, de entrevistas, organização de atividades em grupo, seminários, entre outros. Pela proposta do manual, o professor tornar-se-ia o orientador das atividades dos alunos em classe. O objetivo do ensino de História para os professores de Didática e ex-professores do Colégio de Aplicação da UFRJ estava em consonância com a proposta dos métodos ativos e da pedagogia renovada, que pretendia difundir práticas pedagógicas que ensinassem os jovens a “aprender a aprender”.

Os capítulos do *Caderno MEC História Geral 1* estavam estruturados do seguinte modo: início com o item **Síntese**, uma breve introdução do tema abordado no capítulo; subitens com os exercícios; fim do capítulo com o item **Síntese do capítulo**, onde o aluno deveria resumir os principais conteúdos estudados. As atividades eram constituídas de exercícios de interpretação e compreensão de textos, pesquisas em dicionários, análise de documentos escritos, iconografias e mapas. Os exercícios apresentavam uma correlação, conforme os próprios autores enfatizaram na apresentação da obra. Assim, as atividades eram conduzidas, com indicação dos momentos de utilizar os materiais de consulta (atlas, livro didático), de trabalho individual dos alunos - ao solicitar a análise de documentos, responder perguntas dissertativas, organizar esquemas, pesquisas - e os momentos de trabalho coletivo, com os outros colegas.

Organizado em Unidades, os temas do *Caderno MEC História Geral 2*, abriam com uma questão problematizadora, por exemplo: “Como estava a França às vésperas da Revolução Francesa?” (p. 149); ou “Colonialismo ou imperialismo do século XIX?” (p. 211). Cada unidade iniciava com um breve texto sobre o tema ou um documento de época, seguido das atividades a serem desenvolvidas. As atividades eram propostas diretamente aos estudantes – “Execute agora a tarefa referente ao item 4” (p. 39); “Faça uma linha do tempo ...” (p. 41); “Estude nos livros de consulta ...” (p. 42) -, para serem realizadas individualmente ou em grupo. Existiam ainda questões do tipo pergunta e resposta – “Quais eram as drogas do sertão?” (p. 43) -, atividades de análise de documentos, elaboração de pesquisas, consultas ao livro didático e atlas etc.

Algumas atividades poderiam ser realizadas fora da aula e depois retomadas no *Caderno MEC*, como a proposta de realização de entrevistas sobre o fim da Idade Média:

2. Concepção do Mundo

O que pensavam os homens do final da Idade Média sobre a existência de outros continentes e seus habitantes? Que ideias imperavam sobre isso?

Organize com seu grupo um roteiro para entrevistas nas quais vocês colherão as opiniões de professores de História e Geografia, mesmo de outras turmas e escolas. Servem também outras pessoas de reconhecida cultura.

Redija aqui o roteiro das entrevistas [.....]

Com o produto das entrevistas e suas próprias pesquisas, faça um resumo com a sua opinião (Cadernos MEC História Geral 2, 1971: 18-19)

Os autores recomendavam a utilização de outros materiais, com destaque para o *Atlas Histórico* e o *Atlas Histórico e Geográfico*, também da FENAME. A valorização dos trabalhos com mapas – com a finalidade de os alunos localizarem espacialmente os fatos históricos - condizia com as propostas dos docentes das Faculdades de Filosofia, que incluíam os exercício com mapas entre as atividades do método ativo. Segundo Bernardes (2010: 79), integravam o método ativo, além do uso de mapas, as atividades com estudos dirigidos, interpretação de textos e organização de dicionários de palavras chaves. Ao examinar os exercícios presentes nos *Cadernos MEC de História Geral* constata-se que os docentes da UFRJ procuraram inserir nos manuais essas práticas de aprendizagem.

Os *Cadernos MEC de História Geral 1, 2* foram elaborados com exercícios diretamente voltados para os alunos, que orientavam o seu caminho de estudo. Pela nova

orientação para a organização da prática discente, mais ativa e autônoma, percebe-se que os autores pretendiam também modificar a prática pedagógica dos professores, tornando-os orientadores do processo de estudo e de aquisição de habilidades dos alunos. Esse perfil do *professor orientador* era explicitado nas recomendações do *Guia Metodológico*.

Considerações finais

Analisar os *Cadernos MEC de História Geral* permitiu observar a relação entre a produção desses manuais didáticos, as prescrições oficiais, as aspirações dos autores e os dispositivos dos manuais. Os *Cadernos MEC de História Geral* foram produzidos e direcionados ao novo público escolar que pressionava para ter acesso ao ensino secundário. Foram publicados ainda sobre a vigência da LDB n. 4.024/61 e, desse modo, precisavam seguir as recomendações programáticas divulgadas entre 1962 e 1963 pelo Conselho Federal de Educação. Contudo, os autores já estavam antenados com a nova reforma em processo de implantação, por meio da lei n. 5.692.

Os *Cadernos MEC* eram cadernos de exercícios consumíveis, com atividades direcionadas diretamente aos alunos. Esse tipo de material didático apenas iniciava a sua inserção no universo escolar, no começo dos anos 1970. Segundo Másculo (2008), entre o fim dos anos 1960 e durante os anos 1970, o conjunto das mudanças na indústria editorial estimulou a produção de livros didáticos consumíveis ou manuais com cadernos de atividades separados, como os cadernos de exercícios dos livros didáticos de Sérgio Buarque de Hollanda, analisados pelo autor. Os *Cadernos MEC* se integravam portanto em um tipo de material didático recentemente produzido para o novo ambiente escolar, com alunos provenientes das camadas populares.

O *Guia Metodológico* explicitava as discussões referentes às transformações que se efetivavam na sociedade e no ensino secundário nos anos 1950 e 1960: a pressão das camadas populares por acesso à educação secundária e a entrada de um novo público nas escolas; e a necessidade de mudanças dos currículos e de novas propostas de ensino, diante do desenvolvimento tecnológico, entre eles a popularização da televisão. Somava-se a esses fatos, o empobrecimento dos professores durante a ditadura militar, conforme destaca Sampaio

(1998: 174), em razão da desvalorização dos seus salários, o que levou ao aumento da jornada, à redução do tempo de estudo e de preparo das aulas.

Em meio à tantas transformações, os autores dos *Cadernos MEC*, como docentes de Didática de História da UFRJ, procuravam atuar na formação de novas práticas pedagógicas. O estudo indicou que Lydinéa Gasman e James Braga da Fonseca procuravam com esses manuais constituir mudanças nas práticas dos alunos e dos professores. O estudante era orientado a tornar-se mais autônomo, com o intento de “aprender a aprender”. Os professores tornar-se-iam orientadores do percurso de aprendizado dos jovens. Esses manuais estabeleciam, assim, todo um roteiro de estudo, com orientações para a realização das atividades pelos alunos e orientação da atuação do professor.

Os *Cadernos MEC* apresentavam atividades ajustadas às novas técnicas de ensino que entravam em foco no período e começavam a fazer parte da cultura escolar. Essas técnicas foram apropriadas sobretudo pelo campo da Didática, em processo de mudança devido às reformas nos modelos de formação de professores para o ensino secundário. As técnicas de estudos dirigidos, instruções programadas, trabalhos em grupo, entre outras, eram disseminadas pelos professores de Didática nas revistas para professores, nos cursos de férias e pelos próprios livros didáticos.

Bibliografia

BERNARDES, Rodolfo Calil. *O ensino de história nas escolas secundárias brasileiras (1942-1961)*. Mestrado, PUC/SP. 2010

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões de um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 2, 1990. p. 177-229.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*. Pelotas, n. 11, abr. 2002. p. 5-24.

FONSECA, Silvia Asam da. *Os professores e a qualidade do ensino: a escola secundária paulista (1946-1961)*. Mestrado, PUC/SP. 2004

FONSECA, James B. da. O ensino de História do Brasil no curso ginásial. *Escola Secundária*, n. 1, jun. 1957. p. 55-57

14

_____. O historiador e o professor secundário de história. *Escola Secundária*, n. 2, set. 1957. p. 83-85.

_____. Problemas do ensino de História. *Escola Secundária*, n. 3, dez. 1957. p. 66-69

_____. Como ensinar Geografia. *Escola Secundária*, n. 4. 1958. p. 94-97

FONSECA, J. B. da; GASMAN, L. Casos práticos de verificação da aprendizagem em História. *Escola Secundária*, n. 9, 1959. p. 86-88

_____. A Geografia humana e a escola secundária. *Escola Secundária*, n. 14, 1960. p. 99-102

_____. *Guia metodológico para Cadernos MEC de História*. FENAME. 1971

_____. *Cadernos MEC História Geral 1*, FENAME, 1971

_____. *Cadernos MEC História Geral 2*, FENAME, 1971

FRANGELLA, Rita de Cassia. *Experiência e o currículo da formação de professor: um estudo histórico no Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil*. Mestrado. UERJ. 2002.

GASMAN, Lydinéa. Plano de curso de História do Brasil. *Escola Secundária*, n. 4, 1958. p. 98-101

_____. A excursão em História. *Escola Secundária*, n. 6, 1958, p. 95-98

_____. O ensino de História na Escola Nova. *Escola Secundária*, n. 8, 1959. p. 91-93

_____. O professor e o ensino da História na 1ª série ginásial. *Escola Secundária*, n. 12, 1960. p. 104-107

MÁSCULO, José Cássio. *A Coleção Sérgio Buarque de Holanda: livros didático e ensino de História*. Doutorado, PUC/SP. 2008.

SAMPAIO, Maria das Mercês F. *Um gosto amargo de escola*. São Paulo: EDUC/Fapesp. 1998.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL